



08

241
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Recurso de Agravo Regimental na Apelação nº 0251402-7/ (N.P.U 0016662-67.1995.8.17.0001

Agravante: José Carlos Gomes de Vasconcelos

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO TERMINATIVA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO. PEDIDO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO REFERENTE À ACIDENTE OCORRIDO EM 1979. DEMORA DO AUTOR EM PLEITEAR BENEFÍCIO INDICA A NÃO OCORRÊNCIA DE SEQUELAS DECORRENTES DO ACIDENTE DE TRABALHO SOMADO À AUSÊNCIA DE PROVAS DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO AUTURAL. PROVAS FRÁGEIS. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Interposto Agravo Regimental de decisão terminativa de Relator cabe o seu recebimento como Recurso de Agravo Legal pelo princípio da Fungibilidade, uma vez que isento de preparo e protocolado dentro do lapso temporal.
2. No caso concreto, não há documentos comprobatórios da existência de lesão consolidada decorrente do primeiro acidente de trabalho (1979).
3. Os atestados médicos acostados autos são datados de 1996 e alguns exames radiológicos sequer indicam a ocorrência de sequelas na coluna vertebral da parte autora (fls.19/20 e 43/44/45).
4. Tão somente um exame de tomografia computadorizada realizado em 1993 atesta a "redução do canal vertebral e compressão do saco dural" (fls.14).
5. Perícia oficial e do assistente técnico efetuadas em 1996 e 1998, respectivamente, concluíram pela perda definitiva da capacidade de trabalho do obreiro, sem possibilidade de reabilitação (fls. 39/42).
6. De fato, o pleito judicial somente foi distribuído em 1995, isto é, dezesseis anos depois do acidente de trabalho, o que leva a crer que, na verdade, do primeiro infortúnio, em 1979, não decorreu doença incapacitante, tampouco direito ao auxílio-acidente.
7. Assim, inexistente prova de que a partir do primeiro acidente de trabalho tenha decorrido lesão, sequer doença, ante a ausência de laudos médicos à época.
8. Agravo Improvido.

SAU



242
pr

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0251402-7, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em negar provimento ao presente Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



243
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Recurso de Agravo Regimental na Apelação nº 0251402-7 (N.P.U 0016662-67.1995.8.17.0001

Agravante: José Carlos Gomes de Vasconcelos

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo Regimental interposto contra Decisão Terminativa que deu provimento parcial ao Apelo, para reformar a sentença de extinção sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso VI do CPC, para, aplicando a teoria da causa madura, julgar improcedente o mérito.

Nas razões do Recurso, o Agravante pede a reforma da decisão monocrática para acolher a Apelação, julgando procedentes os pedidos autorais (fls.231/234).

Não havendo razão para o exercício do juízo de retratação e, verificada a tempestividade e o preenchimento dos demais requisitos legais, coloco o presente recurso em mesa para que seja devidamente julgado pelo Colegiado, em conformidade com os ditames legais.

É o Relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



244
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Recurso de Agravo Regimental na Apelação nº 0251402-7 (N.P.U 0016662-67.1995.8.17.0001

Agravante: José Carlos Gomes de Vasconcelos

Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Inicialmente, cumpre ressaltar que o presente sucedâneo recursal, apesar de fundamentar-se no parágrafo 1º do artigo 557 do Código de Processo Civil foi nominado pelo recorrente de Agravo Interno (regimental).

O referido dispositivo legal é responsável por dispor sobre o recurso para atacar decisão monocrática de Relator em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, entretanto, denomina-se tão somente de Agravo.

O Agravo Regimental, por outro lado, é aquele utilizado com fulcro no artigo 252 do Regimento Interno do TJPE. Sendo assim, não se enquadra no caso em epígrafe.

Entretanto, considerando a isenção de preparo dos recursos, a interposição dentro do lapso temporal, e a ausência de má-fé do recorrente, aplico o princípio da fungibilidade recursal para receber o Agravo Regimental como Recurso de Agravo.

Cuida-se de ação ordinária em que a parte autora pleiteia a concessão do benefício de auxílio-acidente, a partir do primeiro acidente sofrido, em julho de 1979.

Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora trabalhou na empresa Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, na função de ajudante geral. Quando do exercício de suas atividades, sofreu acidentes de trabalho, do qual surgiram fortes dores na coluna e no pescoço.

Em decorrência dos infortúnios, foram emitidas Comunicações de Acidente de Trabalho, pelo empregador, em julho de 1979, março de 1980 e novembro de 1980 (fls.06/07).

ESM



gus
JK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Foi implantado administrativamente o benefício auxílio-doença, espécie 91, em 16 de julho de 2000, vigorando até 04 de julho de 2002, quando se iniciou a aposentadoria por invalidez acidentária (fls. 150/153).

Inicialmente, cumpre registrar que o magistrado entendeu pela falta de interesse processual, uma vez que, antes da sentença, o INSS concedeu administrativamente a aposentadoria por invalidez, a contar do término do auxílio-doença (04.07.2002), conforme preceitua o artigo 43 da Lei 8.213/91.

Ocorre que o Juízo *a quo* deixou de observar que o pedido da parte autora é mais abrangente ao concedido administrativamente pela autarquia previdenciária, pois define como marco inicial do auxílio-acidente, o primeiro acidente, em 1979, período não abarcado pelo benefício concedido pelo INSS (a partir de 2000).

Assim, houve perda parcial do objeto da demanda, persistindo interesse quanto ao lapso temporal entre o primeiro acidente e a concessão do benefício aposentadoria por invalidez em 2002.

Além do mais, poderia também o magistrado entender pela ocorrência de auxílio-acidente em vez do auxílio-doença acidentário.

Assim, entendo que a prestação jurisdicional do caso presente não está comprometida, devendo ser modificada a sentença de 1º grau para o julgamento do mérito, já que não depende mais de instrução probatória.

Isto porque há a possibilidade de o Tribunal julgar o feito, nos casos de extinção, pelo princípio da “causa madura”, estampado no art. 515, §3º, do Código de Processo Civil.

Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

(...)

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.



246
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Tem-se, pois, que, "*Versando a causa questão exclusivamente de direito e estando a matéria fática já esclarecida pela prova coletada, pode o Tribunal julgar o mérito da apelação mesmo que o processo tenha sido extinto sem julgamento do mérito*". (STJ, 533980 MG 2003/0053186-3, Relator: Ministro Cesar Asfor Rocha, Data de Julgamento: 20/08/2003, T4 - quarta turma, Data de Publicação: DJ 13.10.2003 p. 374).

O cerne da questão, portanto, cingi-se em determinar se há direito à parte autora ao recebimento de auxílio-acidente no período entre 1979, data do primeiro acidente, e a concessão da aposentadoria por invalidez.

Ressalte-se que a demanda foi distribuída em 13 de março de 1995, logo, para pleitear valores referentes a acidente de trabalho ocorrido em 1979, incide a prescrição quinquenal. O instituto não atinge o direito propriamente dito, mas tão somente as prestações vencidas antes dos cinco anos anteriores à propositura da ação, conforme previsto nos arts. 1º e 3º do Decreto nº 20.910, em consonância com a Súmula 85 do STJ: "*Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação*".

Da análise detida dos autos, resta configurado o nexó etiológico, considerando a emissão de CAT, as perícias realizadas, bem como, a concessão de benefício pela autarquia previdenciária.

Para que o segurado faça jus ao benefício do auxílio-acidente, há de se observar a satisfação de alguns pressupostos previstos no art. 86 da Lei 8.213/91, *in verbis*:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. (grifei)

O auxílio-acidente constitui benefício previdenciário pago mensalmente ao segurado acidentado como forma de indenização, sem caráter substitutivo do salário, pois é recebido cumulativamente com o mesmo, quando, após a consolidação das lesões decorrentes de



247
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

acidente de qualquer natureza e não somente de acidentes de trabalho, resultam sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

No caso concreto, não há documentos comprobatórios da existência de lesão consolidada decorrente do primeiro acidente de trabalho (1979).

Os atestados médicos acostados autos são datados de 1996 e alguns exames radiológicos sequer indicam a ocorrência de sequelas na coluna vertebral da parte autora (fls.19/20 e 43/44/45).

Tão somente um exame de tomografia computadorizada realizado em 1993 atesta a *“redução do canal vertebral e compressão do saco dural”* (fls.14).

Perícia oficial e do assistente técnico efetuadas em 1996 e 1998, respectivamente, concluíram pela perda definitiva da capacidade de trabalho do obreiro, sem possibilidade de reabilitação (fls. 39/42).

De fato, o pleito judicial somente foi distribuído em 1995, isto é, dezesseis anos depois do acidente de trabalho, o que leva a crer que, na verdade, do primeiro infortúnio, em 1979, não decorreu doença incapacitante, tampouco direito ao auxílio-acidente.

Assim, inexistente prova de que a partir do primeiro acidente de trabalho tenha decorrido lesão, sequer doença, ante a ausência de laudos médicos à época.

Tudo leva a crer que, diante da falta de documentos comprobatórios, a autarquia previdenciária teve dificuldades em reconhecer o direito do autor, motivo pelo qual expediu cartas de exigência, solicitando informações sobre a data exata do acidente, bem como, o porquê da demora entre a data do afastamento e a entrega do pedido de benefício (fls.114).

Estas solicitações são razoáveis diante dos fatos apresentados e não indicam má-fé, até mesmo porque a parte autora não apresenta provas de que tenha efetivamente entregado ao INSS toda a documentação necessária antes da concessão administrativa do benefício.

Acrescente-se que, até mesmo em sede judicial, na audiência de instrução e julgamento, a parte demandante foi obrigada a trazer aos autos de documentos

[assinatura]



248
p

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

complementares ao esclarecimento do pleito, como a cópia de CTPS, dos auxílios doença concedidos e da comunicação de acidente de trabalho.

Desta forma, entendo que, ante a ausência de provas mínimas para a instituição do benefício, a autarquia previdenciária, em um primeiro momento, negou o direito da parte autora. Entretanto, logo depois, ao manter contato com a documentação necessária, reconheceu este direito concedendo o benefício administrativamente, sem maiores delongas.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é esclarecedora sobre a litigância de má-fé e a necessidade de sua verificação de pronto, vejamos:

“A aplicação de penalidades por litigância de má-fé exige dolo específico, perfeitamente identificável a olhos desarmados, sem o qual se pune indevidamente a parte que se vale de direitos constitucionais protegidos (ação e defesa)” (STJ, 3ª Turma, Resp 906.269, Min Gomes de Barros, j 16.10.07 e DJU 19.10.07).

“Na litigância temerária, a má-fé não se presume, mas exige prova satisfatória, não só de sua existência, mas da caracterização do dano processual a que a condenação cominada na lei visa a compensar” (STJ, 1ª Turma, Resp 76.234, Min Democrito Reinaldo, j. 24.4.97, DJU 30.6.97).

Assim, não assiste direito a parte autora à concessão do benefício de auxílio acidente, ou qualquer outro, a não ser o concedido administrativamente pelo INSS, tampouco este instituto ré incorreu em litigância de má-fé, nos termos do art. 17 do Código de Processo Civil.

Pelas razões expostas, **voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo**, mantendo todos os termos apreciados na decisão terminativa ora vergastada.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator